

O PAPEL SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E A TEMÁTICA RACIAL

Natália Belo Moreira¹

Marina Grigório Barbosa de Sousa²

Comunicação Oral – GT: Didáticas, Práticas de Ensino e Estágio

RESUMO

Este trabalho busca analisar o papel social da Universidade Pública junto aos adultos velhos com a temática do racismo. O objetivo é analisar e discutir de que maneira tais políticas influenciaram a população em geral, e em particular o negro como atuantes de seus controles e construções identitárias. A universidade tem papel relevante no fornecimento de ferramentas para os velhos fortalecerem o interesse em reconstruir sua imagem como cidadãos lutando para garantir a implementação de seus direitos sociais. O que reforça o compromisso social das universidades de diminuir as desigualdades e acelerar o desenvolvimento, sendo possível através de seus projetos de extensão. A UMA contribui para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas acima de 45 anos, proporcionando atualização e reciclagem, informações e orientações práticas, bem como a valorização do ser humano perante a sociedade integrando-as aos ambientes culturais, social e educacional. O programa busca a compreensão real das vivências, dos anseios e da avaliação da situação que essa camada da população brasileira faz de si mesma. Para se remeter ao estudo da composição da identidade do negro no Brasil hoje é necessário analisar os mecanismos políticos impostos ao longo da história na condição de retirá-los da posição de outsiders³ que lhes foi remetido na construção social brasileira. Metodologicamente optou-se por pesquisa bibliográfica de autores acerca do tema Racismo, Universidade da Maturidade e o seu papel social. O resultado deste trabalho é o despertar da importância do tratamento do tópico Raça para evitar o prolongamento do Racismo a partir da reformulação de preceitos racista que eles venham a ter para assim melhorar relação que eles terão com seus netos e bisnetos no tratamento da temática Inter-racial e discutirá alguns dos conceitos acerca do tema. Assim reformula-se o modo de pensar possibilitando melhorar a relação Intergeracional, afim de romper com o pensamento racista brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade da Maturidade, Universidades Públicas, Papel Social, Velhos.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins, especialista em Gerontologia pela Universidade Federal do Tocantins e graduada em Farmácia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas – ULBRA. Atualmente é funcionária pública da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins – email: nataliabelo@mail.uft.edu.br

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins, especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás e graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. É atualmente funcionária pública da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins – email: marinagrigoio@mail.uft.edu.br

³ Termo utilizado pelo autor Norbert Elias para se referir ao que se encontra de fora de algo, no caso a sociedade descrita na obra. Termo esse que será melhor contemplado ao longo da construção do texto.

INTRODUÇÃO

Discutir o envelhecimento humano no Brasil e dizer ser a parcela da população que mais cresce no mundo está implícito nos discursos, portanto, essa realidade comina a obrigação do desenvolvimento de políticas públicas que atendam às exigências dessa parcela por condições dignas de vida. Não se pretende neste artigo abordar o tema das bolsas assistencialistas e alopáticas governamentais, mas sim um olhar educacional autônomo dos velhos por condições dignas de vida.

Para tanto, a universidade têm papel relevante no fornecimento de ferramentas para os velhos fortalecerem o interesse em reconstruir sua imagem como cidadãos lutando para garantir a implementação de seus direitos sociais. O que reforça o compromisso social das universidades de diminuir as desigualdades e acelerar o desenvolvimento, sendo possível através de seus projetos de extensão. Ressaltamos que:

Nada está pronto, construído, finalizado. Estamos todos sempre em processo, entre retrocessos e avanços que se esbarram em renovados limites e barreiras pessoais, educacionais, culturais e tecnológicos que não cessam de nos desafiar. (COUTO, 2009)

Esta preocupação é demonstrada por Lima-Costa (2003, p:700) ao explicar sobre a qualidade agregada aos anos adicionais de vida, salienta que: temos de encontrar os meios para incorporar os idosos em nossa sociedade, mudar conceitos já enraizados e utilizar novas tecnologias, com inovação e sabedoria, a fim de alcançar de forma justa e democrática a equidade.

Para responder a essas tensões e contrassensos da sociedade, frequentemente, recorre-se a educação. Nos anos 50 o grande contingente de analfabetos era o entrave ao desenvolvimento, entretanto, os tempos são outros; os contrassensos são outros, o envelhecimento populacional é o desafio deste século. Cabendo, mais uma vez, aos educadores novas práxis para ir além das velhas práticas de alfabetização de adultos nos padrões da educação formal.

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que, materializa através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VASQUEZ, 1977: 206-207)

A educação é responsável pelas mudanças nos sujeitos, alguns princípios são comuns nas mudanças de concepções. Both (2001) afirma que não é difícil avaliar o quanto a educação tem por fazer junto a todas as instituições e junto a todos os espaços de formação cultural e científica para dizer sobre a necessidade de conhecer o conhecido e sobretudo desvelar o desconhecido sobre a velhice em todas as suas idades e em todos seus potenciais e limites. Afirma Both (2001) a seguir:

[...] autonomia intelectual é necessária porquanto busca suscitar as operações mentais capazes de levar a explicações consistentes e decisões moderadas pela argumentação e, sobremaneira, neste viés, é advogado o exercício da cooperação intelectual.

É no mundo acadêmico que a formação é realizada o convívio social. A possibilidade de aprender pode ocorrer em qualquer fase da vida humana, como seres inclusos que somos, e assim, tornar sempre novo ou renovado o saber e o próprio sentido da existência. (BOTH et al., 2005)

A educação de jovens e adultos, cada vez mais de jovens, promete vencer o atraso produzido pelo modelo escolar atual. Estes são espaços intergeracionais, onde não são levadas em consideração as peculiaridades de cada geração, as angústias, momentos e expectativas de vida de idosos e jovens que os frequentam.

Por outro lado a Universidade da Maturidade, de que explanaremos mais adiante, fomenta ações intergeracionais contribuindo para a quebra de paradigmas relacionados à velhice e na troca que pode ser estabelecido entre eles através deste intercâmbio, pois segundo Carvalho (2007) a aproximação das diferentes gerações deve levar em conta não só a cronologia, mas deve considerar os estilos de vida, saber, valores, memória, com finalidade de viabilizar uma inclusão entre as distintas gerações.

Confirma BOTH (1999, p: 57) “a construção da vida humana pode ser bem mais entendida através de um competente programa intergeracional, no qual é proposto o conhecimento dos caminhos da exclusão, e a busca da emancipação humana”.

A educação não-formal chama os adultos velhos deste século para frequentar estes espaços como uma possibilidade de “inclusão social”, termo muito utilizado para justificar a imensa dívida social contraída com os afro-descendentes, pessoas que tem, ou teve, menos oportunidade de acesso ao sistema educacional. Pretende neste trabalho abordar sobre práticas inclusivas e as novas formas de exclusão, objetiva-se trazer a compreensão da importância do

papel social da universidade públicas na temática do racismo. Como descreveu BEAUVOIR (1990, p: 340):

“É muito grave o tédio. Ao envelhecer o trabalhador não tem um lugar no mundo, porque, na verdade, nunca lhe foi concedido um lugar: simplesmente, ele nunca tivera tempo de perceber isso. Quando se dá conta, cai numa espécie de desespero bestificado (...). Em nenhum plano se manifesta tão abertamente à indecência da cultura que herdamos”.

A temática do Racismo afim de despertar a importância do tratamento do tópico Raça para evitar o prolongamento do Racismo a partir da reformulação de preceitos racista que possa vir a ter para assim melhorar relação entre netos e bisnetos no tratamento da temática Inter-racial. Com isso, precisamos compreender alguns conceitos específicos que promoveu auxílio na formação da identidade negra no Brasil, sendo ainda necessário conceber a origem do pensamento racista brasileiro.

O pensamento racista nasce no Brasil inteiramente associado à escravidão, e com o processo de abolição é que ele se estrutura como discurso tendo por base as teorias de inferioridade biológicas, se difundindo no país como uma forma de interpretação do desenvolvimento nacional. A partir disso o processo de branqueamento vigora na nossa sociedade até os anos 30 do século XX, sendo então substituído pela denominada ideologia da democracia racial.

A crescente preocupação a respeito das desigualdades raciais no país repercutidas nas últimas décadas do século XX, por muitos teóricos sociais e pela unificação do Movimento Negro, parte da análise de que as desigualdades raciais são entendidas não só como simples produto de históricos acúmulos no campo da pobreza e da educação, mas refletido também como preocupação governamental por meio de uma constituição sistêmica de um conjunto de iniciativas.

A partir do processo de redemocratização iniciado na década de 1980, pode-se identificar a consolidação de um combate à discriminação e ao racismo por meio de sua criminalização sendo homologado na Constituição de 88, classificando o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Já em meados da década de 1990, identifica-se o combate à discriminação racial por meio de políticas públicas, dando início ao debate sobre as políticas de ações afirmativas e sobre o racismo institucional.

Contudo, para discutir toda essa atribuição descrita anteriormente situaremos o leitor quanto ao local em discussão Universidade da Maturidade, trataremos do conceito de Identidade, a questão Racial aos moldes brasileiro, conceito de Identidade Racial Negra.

A UNIVERSIDADE DA MATURIDADE

Vem se expandido pelo mundo as ideias do psicopedagogo Pierre Vellas, na Universidade de Toulouse (França), nos anos 70, o qual formula ideia de universidade aberta voltada para a terceira idade (NUNES, 2000).

Diante de um fato perturbador, um professor universitário, pode apenas transformar em um tema de pesquisa ou escrever um artigo científico para posterior publicação; ou pode verdadeiramente contribuir para modificar uma realidade inaceitável. Neila Osório, como Pierre Vellas e Paulo Freire, escolheram a última opção ao deparar-se com o cena dos idosos asilados.

Acompanhando esta tendência é criada em 2006 a Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, fruto do trabalho da Professora Dra. Neila Barbosa Osório e Luiz Sinésio Silva Neto, ambos os autores e coordenadores, sobre o comando do Reitor Alan Barbiero.

As aulas são voltadas para a desmistificação da velhice como sinônimo de decadência física, mental e social. Utiliza o potencial criativo e a capacidade de percepção e pensamento dos alunos a fim de despertar sua curiosidade para o mundo atual, tirando estes velhos do isolamento proporcionando saúde, energia e interesse pela vida.

Os programas desenvolvidos pela Universidade da Maturidade oferecem oportunidade de retorno ao convívio e de participação na sociedade. Traz, na sua gênese, a valorização pessoal do velho, por meio da ressocialização com interface à intergeração, grupo familiar e sociedade em geral. (Osório,2006)

O Objetivo geral da UMA é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas acima de 45 anos, proporcionando atualização e reciclagem, informações e orientações práticas, bem como a valorização do ser humano perante a sociedade integrando-as aos ambientes culturais, social e educacional. Seus objetivos específicos são consolidar o compromisso social e político da Universidade com a sociedade, democratizar o saber, possibilitando às pessoas adultas e velhas o acesso à Universidade, despertar nos acadêmicos a consciência da responsabilidade social, incentivando-os a assumir uma presença efetiva nas famílias, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, políticos e culturais. O programa busca a compreensão real das vivências, dos anseios e da avaliação da situação que essa camada da população brasileira faz de si mesma. (Osório, 2006)

Justifica-se pela necessidade de refletir a cerca do processo de educação e comunicação voltadas ao velho de acordo o estabelecido no estatuto do idoso no seu artigo 1º, a Lei nº. 8.842, que prevê para a implantação da política nacional do idoso, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura, esporte e lazer.

UMA é um programa de educação continuada, contribui com uma parcela significativa nas ações desenvolvidas na Universidade Federal do Tocantins. A concessão de oportunidades e participação do velho nas atividades acadêmicas voltadas a essa população que agora emerge na universidade como protagonistas e com liberdade de alterar nessa ação, o cenário da sua invisibilidade.

A implantação da UMA significa um ganho político na educação e vem romper com a formação tradicional e avançar na adoção do legado da valorização humana, com referência teórico-metodológica no projeto de ressignificação do velho nos seus diferentes aspectos; socioeconômico, políticos e culturais.

No âmbito da participação do velho na UFT a implantação da UMA é fundamental, posto que a Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, normatiza e regulamenta os princípios da Constituição de 1988 que assegura na velhice a proteção integral e compartilha responsabilidade entre família, Estado e Sociedade. Estatuto do Idoso, Título I Art. 3º (2003):

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A UMA é processo de ressocialização do velho na UFT. Possui o primeiro imóvel para velhos dentro de uma Universidade pública brasileira. Está vinculada à Reitoria e ao Colegiado de Pedagogia que contém no seu desenho curricular a disciplina optativa de Gerontologia. Está conceituada para ser inserida como política pública nacional para velhos por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

É um espaço de convivência social de aquisição de novos conhecimentos voltados para o envelhecer sadio e digno, sobretudo na tomada de consciência da importância de participação do velho na sociedade enquanto sujeito da sua história.

A intenção da Universidade da Maturidade é que o velho ganhe maturidade teórica e organizativa com uma produção significativa, ancorada na teoria da educação continuada e com sólida presença nas universidades, tanto na pesquisa quanto no diálogo com outras áreas

do conhecimento, com base ética, política e teórico metodológica, materializadas no projeto piloto e nas ações propostas pela UMA. Já do ponto de vista acadêmico e universitário, a UMA vem consolidar direitos à população idosa, prescritos no Estatuto do Idoso. Estatuto do Idoso, Capítulo V Art. 25º (2003):

“Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual”.

A UFT encontra-se diante de um novo cenário incluir nas ações universitárias a afirmação pública e coletiva dos velhos na busca da autonomia e independência, inserindo-os no campo da educação gerontológica e continuada, um espaço de participação social e um *locus* em busca da ressignificação da vida.

O Programa conta com a participação de profissionais da área do serviço social, psicologia, educação, saúde e afins, interdisciplinariedade que permite um olhar integral às necessidades de ressocialização do velho na universidade e na sociedade em geral.

CONCEITO DE IDENTIDADE

Para compreender o conceito de identidade de modo singular é preciso compreender o indivíduo inserido em um conjunto de relações sociais, e no que se refere às representações sociais determinadas externamente da sociedade para o indivíduo existe um autocontrole intrínseco em cada indivíduo diferenciando assim do outro.

Para isso, Norbert Elias (2000), diz que precisamos conceber a diferença quanto um problema que precisa ser entendido no conjunto da sociedade. Análise essa produzida a partir de um estudo específico feito em uma comunidade de Winston Parva, onde o autor apresenta dois grupos, onde um monopoliza o poder, marginalizando o outro grupo e exaltando suas diferenças e demonstrando que a partir delas que surgem as desigualdades sociais. Desta forma o autor evidencia que partindo das diferenças apresentam-se grupos inseridos nos *Estabelecidos* e os humilhados que estão no *Outsiders* (termo em inglês que significa “Os de fora”).

No entanto, o termo identidade estando correlacionado a um conjunto de aspectos sociais e políticos, individuais e coletivos assumidos por uma única pessoa. Para cada indivíduo que se sente inscrito em determinado grupo, ele vai construindo elementos que cada

vez mais o insere em tal grupo e ao mesmo tempo afirme suas diferenças. Portanto, a identidade formada por cada um, vai compondo lugares, costumes e grupos sociais.

Da mesma forma para o autor Paul Ricoeur (1996), para existir identidade é necessário existir a diferença. Sendo ela construída nas relações de diferenciação que visam construir certo grau de coerência. Ricoeur distingue na identidade dois fenômenos correlacionados

Um seria a *idenidade* (do latim *idem*, mesmo). Esse seria o eixo mais relacional e maleável, apesar do agente pretender afirmar-se o mesmo diante dos outros. Sua base é uma continuidade. A *ipseidade* (do latim *ipse*, si mesmo) seria o núcleo com traços mais permanentes que trazem o reconhecimento do si, seja individual ou grupal. Inclui a noção de fidelidade. (RICOEUR, 1991, p. 142 e 147)

Sendo então a idenidade visando perpetuar um passado, enquanto a ipseidade projeta-se ao futuro,

A ipseidade é encoberta pela idenidade, mas as duas envolvem memória, imaginação e crença (id, 1991, p. 152-154).

Ainda segundo o autor, a identidade se forja no tempo em função do outro. E muitas vezes quando se é subalternizado, inferiorizado ou até mesmo marginalizado na condição descrita pelo autor Norbet Elias, dessa maneira a identidade é comprometida fragilizando-se no espaço histórico.

Associado à construção conceitual de identidade o autor Stuart Hall propõe diversos ensaios vinculados a perspectiva de estudos culturais relacionados com a questão da identidade e do propósito da diferença. Para o autor as antigas fontes de ancoragem da identidade (a família, o trabalho, a igreja, entre outras) estão em uma evidente crise. Novos grupos culturais se tornam visíveis na cena social, buscando afirmar suas identidades, ao mesmo tempo em que questionam a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas. Para se apoiar em tal perspectiva, Hall (2000) evoca entre outros, Freud, Lacan, Althusser e Foucault, e decorrente à psicanálise e muito pertinente para a plena compreensão de identidade o autor ainda estabelece um padrão para o conceito de identificação que estaria correlacionado ao de identidade atribuída. Para ele,

[...] a abordagem desconstrutiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre “em processo”. [...] a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. a fusão total entre o “mesmo” e o “outro” que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação (Freud sempre falou dela em termos de “consumir o outro”, como veremos em um momento) \\
A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobre determinação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” –

uma sobre determinação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. (HALL, 2000, p. 106)

O conceito de identidade desenvolvido por tais autores não ultrapassa a perspectiva essencialista, mas se estrutura quanto um conceito estratégico e posicional. Ainda para Hall (idem) essa concepção aceita que as identidades não são unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas [...] nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos.

E para compreender finalmente a interação entre a identidade e a composição de análise do sujeito, é preciso referir-nos a importância da análise de discurso na composição da mesma. Pois se entre a fala e o sujeito está inserido o discurso e pensando unicamente a ideologia quanto representação de uma relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência. E atribuído a essa mesma existência se encontra o elemento do discurso, pois para Brandão (1997) as condições de produção do discurso veem nos protagonistas dos que os fazem não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social”.

E ainda segundo a autora, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso. Em outra perspectiva, o sujeito é essencialmente histórico: sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social - o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala. Para isso, o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro: o centro da relação não está nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos.

No sentido referido acima, de que o sujeito pode ser de certo concebido a partir de uma análise de discurso prevista a ele, é preciso analisar em específico a questão da Identidade Racial, atribuída ao Negro.

A QUESTÃO RACIAL BRASILEIRA

Tratar da temática da questão Racial no Brasil é possível ressaltar devidos pontos que levam em consideração o multiculturalismo étnico brasileiro para que se sustentem certas opiniões sobre três temas correlacionados à questão racial Brasileira.

O primeiro aspecto seria de onde teria surgido a natureza do comportamento do brasileiro diante do “problema racial”⁴ ou do “preconceito da cor”, preconceito esses condenados sem reservas, como se constituíssem um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima. O segundo aspecto que seria o de reconhecer o que há de mito e de realidade atrás da ideia de uma “democracia racial brasileira” e por último o impacto social em matéria de “integração racial” promovida a partir das políticas de ações afirmativas.

O fato é que esse tipo de atitude advém de uma ambígua situação originada da ordem tradicionalista social, que transitaria entre os valores vinculados à ordem social que atualmente vêm a ser condenados no plano ideal e em contra partida repelidas as ações concretas e diretas contra tais ações.

Nesse sentido, para discutir aspectos da questão racial em debate e discutir políticas os instrumentos de combate à desigualdade racial implica em debater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo, como o racismo, a discriminação direta, a discriminação indireta, o preconceito, que levados em consideração explicam o fato de grande porcentagem da população negra se manter concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social brasileira.

O racismo manifestado como uma ideologia que preconiza a hierarquização de grupos humanos em função de sua cor, raça ou etnia – e a discriminação racial indireta – por meio de cerceamentos de acessos ou oportunidades são classificados por Jaccoud por:

No Brasil, desde o final da década de 1980, como crimes, e são passíveis de acusação e prisão⁵. Contudo, a luta no campo jurídico é um recurso que tem sido pouco utilizado pela sociedade brasileira, e quando usado, seus resultados em termos de punição são praticamente inexistentes. (JACCOUD, 2008, p. 138).

Além das causas apontadas para as dificuldades de aplicação do direito no campo racial são variadas, indo da necessidade de que o acusado comprove a motivação racista do ato, a dificuldade de recolhimento de provas e testemunhos, e a resistência dos membros da polícia e do judiciário em dar encaminhamento a esses inquéritos e processos. Isso mostra a realidade das condenações racistas no plano ideal e a inércia nas ações citadas anteriormente.

⁴ Aspectos considerados por Florestan Fernandes, por meio de um artigo escrito para a revista científica *O tempo e o modo*, fundamentais para se compreender o processo de desigualdade racial e de mobilidade social na sociedade contemporânea brasileira.

⁵ Consta-se que na década de 1950, a chamada Lei Afonso já havia incluído contravenção penal ações de discriminação racial.

Contudo, que se considerem as dificuldades apontadas, não há dúvidas de que o indiciamento criminal por atos de racismo ou discriminação constituem um avanço. Assim, existe discriminação sempre que uma pessoa seja impedida de usufruir das mesmas condições e oportunidades em função de sua raça, sexo ou idade. Com isso, em paralelo às ações jurídicas que visam à repressão e à mudança prática dos atores sociais no campo do tratamento desigual, mostrando-se no tanto ineficaz até então, as ações públicas visando enfrentar as desigualdades raciais começaram a avançar no sentido do combate não apenas à discriminação racial direta, como também ao preconceito. Sendo afirmado por Silva Júnior, diferentemente da discriminação, o preconceito está situado no campo da subjetividade, referenciado a ideias preconcebidas e estereótipos, insuscetíveis de pinicão enquanto não exteriorizados por meio de condutas. O preconceito racial é um fenômeno que também tem sido objeto de intervenção pública, por meio de ações que podem ser identificadas como persuasivas e valorizativas.

No entanto, nem todas as manifestações discriminatórias que operam em uma sociedade são atos declarados, explícitos. A partir desse ponto é válido ressaltar que a discriminação também opera de maneira difusa, sendo por vezes reconhecida como discriminação indireta ou racismo institucional. Com isso, Jaccoud se refere a racismo institucional como:

Atuante no nível das instituições sociais, dizendo respeito às formas como as instituições funcionam, seguindo os procedimentos burocráticos e apoiados em valores sociais legitimados pela sociedade, o racismo institucional contribui para a naturalização e reprodução da hierarquia racial, influenciando o cotidiano das instituições e organizações e promovendo a operação diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos grupos raciais. (IDEM, Ibidem, p.139-140)

Agora, no que tange as políticas públicas, se referir a racismo institucional⁶ permite identificar um novo terreno de enfrentamento das iniquidades no acesso e no atendimento de diferentes grupos raciais dentro das políticas de promoção da igualdade racial, abrindo assim novos instrumentos. Sua análise permite com que se identifique o racismo não só pela sua declaração, mas pelas desvantagens que causa a determinados grupos, independentemente de sua manifestação ser consciente ou ostensiva.

A distinção entre branquitude e branqueamento pode parecer maniqueísta quando se refere a um país no qual é quase impossível definir uma linha de cor de sua população. Não se

⁶ O enfoque do racismo institucional oferece uma nova abordagem analítica e uma nova proposta de ação pública, não se restringindo só às ações afirmativas e nem se limitando ao reconhecimento do caráter pessoal que está na origem de muitos dos mecanismos discriminatórios.

deve esquecer, no entanto, que “raça” ao longo da construção histórica de nosso país veio a se tornar um mero artifício de poder pelo qual a branquitude (a representação do branco como padrão universal de humanidade) pressiona o branqueamento sobre todos os não-brancos. O *deve ser* imposto por uns tem de retornar como um *querer ser* de outros.

IDENTIDADE RACIAL NEGRA

A noção de identidade atribuída no fenômeno de interação entre o indivíduo e a sociedade, muita das vezes está relacionada ao que o indivíduo atribui, de forma positiva, a um grupo em particular com o qual divide valores e tradições.

Para isso a autora Maria Salete Joaquim (2001), expressa de que maneira se estabelece a manifestação da identidade. Vejamos:

Uma das manifestações de identidade social é a identidade étnica, que permite apreender a própria etnicidade e constitui a principal característica do grupo étnico. (...) O principal significado emocional de pertinência a um grupo étnico é um princípio organizador e mobilizador de interesse de grupos específicos, com isto podendo possuir uma conotação positiva. Grupos étnicos são grupos cujos membros possuem uma identidade distinta e atribuída e, ao mesmo tempo, têm, basicamente, cultura, origem e história comuns (JOAQUIM, 2001, p. 52).

De acordo com autora, a identidade do (a) negro (a) escravo (a) se perdeu no instante em que se deu o tráfico negreiro, onde, tanto o seu nome, quanto a sua condição de ser humano lhe foi retirada para se tornar “objeto pertencente ao colonizador”. Após o sistema escravista retomar esta identidade perdida tem sido uma luta constante da população negra desde então.

Como assinala Kabengele Munanga (2008) toda a preocupação da elite, apoiada por concepções racistas da época acaba por influenciar de maneira negativa resultando assim uma herança inferiorizada do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira.

Para isso,

Elaborações especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem interpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora. (MUNANGA, 2008, p. 48)

O que parece ser ascensão social vertical é na verdade a mobilidade social no sentido ascendente, dentro do sistema social vigente⁷ que ainda não teria se organizado, para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva. Atinge certos indivíduos convencidos

⁷ Isso relacionado às mudanças estruturais sociais ocorridas ao longo do século XX.

pelo processo de branquitude honorária⁸, sem repercutir alteração dos estereótipos negativos, nos padrões que regem as relações raciais e sem suscitar um fluxo constante de mobilidade social crescente no “meio negro”. Antes de compreender a aplicabilidade das políticas de promoção da igualdade racial serem entendidas quanto elemento de afirmação da identidade negra no Brasil, passaremos a trabalhar mais com a questão racial, atribuindo especificamente tal questão ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução de paradigmas por parte dos velhos é diretamente relacionados a instituição provedoras destas inquietações do saber, utilizando as definições de Both (2001), a escola emprestaria a sua medicação para a renovação das estruturas de personalidade que, sozinhos, os mais velhos não alcançariam.

Importa registrar que a UMA é fecunda em todos os seus sentidos, clarificado nas ações criativas e no prazer de viver, nitidamente identificados nas expressões subjetivas dos participantes do programa. Demonstram-se capazes de apreender novos conhecimentos ao tempo que transferem os já acumulados na sua trajetória de vida.

Nesse panorama, a UMA trouxe a sua parcela de contribuição no sentido de desconstruir ideias impostas pela sociedade a respeito do velho, ou seja, oferecer a essa população, maneiras de desmistificar, e mostrar o seu potencial de cidadão ativo, capaz de mostrar à família e à sociedade sua capacidade de pensar e agir.

Dessa maneira, o programa UMA vem propor medidas eficazes no sentido de possibilitar a quebra de paradigmas, essencialmente no modo de como o velho se percebe no processo de envelhecimento e o racismo. Assim como a necessidade de compreensão a respeito da mediação na configuração das políticas públicas e a relevância do Serviço Social na prática para a efetivação de direitos.

Desta forma, as palavras podem até emocionar ou comover, mas são os exemplos que arrastam.

⁸ Perspectiva abordada pela autora Edith Piza sem eu artigo “*Porta de Vidro: Entrada para a branquitude*” que relaciona o sentido de ser branco no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOTH, Agostinho. **Educação Gerontológica: posições e proposições**. Erechim: São Cristóvão, 2001.
- BOTH, Agostinho. et al. **Envelhecer: estudos e vivências**. Ed. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo-RS, 2005.
- BOTH, Agostinho. **Gerontologia: educação e longevidade**. Passo Fundo: Editora Imperial, 1999.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.
- BRASIL. Estatuto do Idoso (2003): **Lei 10.741 de 2003, que dispõe obre o Estatuto do Idoso- Brasília**: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- _____. Lei N° 8.842 de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências [acesso em 2010 março 01]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm.
- CARVELHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maria de. **O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projeto “era uma vez... atividades intergeracionais”**. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em serviços Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- COUTO, Edvaldo Souza. **Políticas do pós-humano: interfaces dos corpos, das sexualidade e das tecnologias digitais**. Artigo apresentado na 32ª reunião anula da ANPED. Caxambu-MG. 2009.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção de igualdade racial**. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. p. 135-170.
- JOAQUIM, Maria Salete. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Rio Grande do Sul: Pallas; São Paulo: Educ, 2001.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; VERAS, Renato. **Saúde pública e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 19, n. 3, p. 700-7001, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NUNES, Alzira Tereza Garcia Lobato. **Serviço Social e Universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos**. Textos sobre Envelhecimento UnATI/ UERJ, ano 3 nº 5 p. 1-97. Rio de Janeiro, 2000.

OSÓRIO, Neila Barbosa. Universidade da Maturidade/Universidade Federal do Tocantins: A sensibilização do Ser Humano acima de 45 anos para um Envelhecimento Digno e Ativo. Palmas - Tocantins, 2006.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; 1990.